

A HISTÓRIA DO LEITE NO BRASIL

A pecuária no Brasil surgiu em 1532 quando Martim Afonso de Souza ancorou em São Vicente, na então colônia portuguesa, e desembarcou os primeiros 32 bovinos europeus. O historiador João Castanho Dias ilustra no admirável livro *As raízes leiteiras do Brasil* a primeira ordenha de uma vaca ocorrida em 1641 em uma fazenda nas proximidades de Recife, como sendo a primeira imagem que se tem da atividade no País.

A pecuária leiteira permaneceu insignificante por mais de três séculos, quando a partir dos anos de 1870, com a decadência do café, o cenário político brasileiro favorecia a vocação agrária e permitia a modernização das fazendas, momento propício para desenvolver a pecuária e outras atividades influenciadas pelo agronegócio. Na pecuária bovina os animais de origem europeia, como o Caracu e o Holandês, eram predominantes e ofereciam certas limitações com relação à adaptação ao clima tropical do País. Porém, foi em 1888, com a abolição da escravidão, que a pecuária se expandiu ao Sul e Nordeste, principalmente nos arredores dos grandes centros consumidores. Contudo, até a década de 1950 a atividade caminhou morosamente, sem grandes evoluções tecnológicas.

Pode-se considerar que foi a partir de 1950 que a pecuária deu os primeiros sinais de modernização, coincidindo com o final da 2ª revolução industrial no País, mas mesmo assim com grande timidez. O primei-

Um passeio dos primórdios aos dias hoje da pecuária de leite, mostrando a evolução do setor, que atualmente conta com uma cadeia produtiva cada vez mais amadurecida, tendência que poderá trazer reflexos positivos no futuro

DUARTE VILELA

ro marco de organização da produção leiteira data de 1952, quando Getúlio Vargas assinou o Decreto aprovando o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), tornando obrigatória a pasteurização do leite, bem como a inspeção e o carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).

O decreto de 1952 também introduziu a classificação dos leites em tipos "A, B e C" em função das condições sanitárias da ordenha, processamento, comercialização e contagem microbiana. Na prática a principal diferença entre eles era basicamente a contagem bacteriana total (CBT). Esse decreto balizou a busca pela qualidade da pro-

dução de leite e permaneceu em vigor até o fim da década de 1990, quando foi complementado pela Portaria 56/1999 do MAPA, que regulamenta a qualidade do leite e dá outras orientações, criando o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite - PNQL, como documentado por João Durr em 2004.

Este programa foi alicerçado em três pilares, entre estes os novos parâmetros regulatórios da qualidade do leite nacional, base da Instrução Normativa - IN Nº 51/MAPA, vigente de 2002 até 2011, sendo substituída pela IN 62, em vigor até os dias atuais. Assim, ficavam extintos os leites tipos "B e C", passando ambos a serem identificados apenas como leite cru refrigerado. Desta forma, os padrões nacionais de qualidade eram alinhados aos internacionais.

Com a publicação do Decreto Nº 9013 em 29 de março de 2017, após 65 anos, desde que foi "estatuído" o primeiro Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, modernizam-se as regras sobre a Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. O novo RIISPOA aborda conceitos atuais nas áreas de segurança sanitária, bem-estar animal e implantação de novas tecnologias e equipamentos, além de trazer uma definição mais clara do que é alimento impróprio para o consumo, reforçando a segurança do alimento.

Retomando a história do leite, na década de 1960 o governo investiu de modo considerável em obras de infraestrutura, como estradas, portos e energia elétrica, mostrando como o regime mi-



Fotos: Ana Balde Branco

Aprimoramento no manejo das pastagens tem contribuído para elevar a produtividade

litar implantava um novo modelo agrícola e dava início à revolução verde, que se consagrou no início dos anos de 1970, quando uma inovação interferiu na qualidade do leite no Brasil, o leite tipo "B" ganhando expressão nacional.

Seguindo os fatos que marcaram as transformações ocorridas ao longo dos anos, em 1967 foi criada a ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu), em substituição à antiga SRTM (Sociedade Rural do Triângulo Mineiro), fundada três décadas antes, ampliando assim a abrangência dos negócios, extrapolando pela primeira vez as fronteiras do País. Responsável pelo registro genealógico das raças zebuínas, a ABCZ detém o maior banco de dados de zebuínos do mundo, com mais de 12 milhões de animais cadastrados. Há de se mencionar ainda a participação das raças zebuínas leiteiras na evolução da pecuária nacional, assim como seus cruzamentos com as tradicionais raças europeias, a exemplo a raça sintética Girolando, criada em 1996, e que hoje representa 80% do rebanho de leite.

INOVAÇÃO EM EMBALAGEM E PRODUTOS

- Na década de 1970, todo o leite pasteurizado passou a ser envasado em embalagens descartáveis e com isso consumidores e indústrias ganharam com a redução das operações de recolhimento e higienização das embalagens retornáveis. Surgiram ainda grandes inovações na indústria, com o lançamento dos iogurtes e sobremesas lácteas neste tipo de embalagem, como também um novo tipo de tratamento térmico – a ultrapasteurização.

Na década de 1980, ainda caracterizada pela grande oscilação na produção entre os períodos de safra e entressafra, o que perdura até os dias atuais, embora em menor intensidade, a captação era 100% em latões, e os rebanhos, pouco especializados. Porém, nesta década houve um salto expressivo na pecuária leiteira, a produção foi de 7,9 milhões de toneladas em 1975 para 12,0 milhões de toneladas em 1985. Numa tentativa de reduzir o comércio informal de leite cru, o tipo "B" se tornava líder do mercado consumidor das regiões metropolitanas.



Tecnologias de produção têm contribuído para elevar a produção e qualidade do leite brasileiro

O tipo "A", que começou a disputar a preferência dos consumidores naquela época pelos leites pasteurizados, sobrevive até hoje em nichos de mercado, mesmo após a criação do leite longa vida (UHT), que aos poucos foi conquistando a preferência dos consumidores, até se tornar o leite mais vendido no País. O ciclo do leite longa vida revolucionou a indústria láctea nacional, possibilitando a expansão da produção para bacias leiteiras até então pouco tradicionais nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde as infraestruturas de estradas e redes elétricas eram precárias. Extinguiu-se assim o caráter regional das marcas de leite.

Os anos de 1990, com a revolução tropical, conhecida como a safra dos trópicos, foram ricos para a agricultura, mas nem tanto para a pecuária leiteira. Veio então a era do livre mercado, quando a histórica Portaria 43, da extinta SUNAB, decretou o fim do tabelamento do leite no Brasil, encerrando um ciclo que durou meio século, gerando distorções que acabaram por prejudicar a atividade leiteira. Embora a abertura econômica tenha provocado grande desnacionalização das empresas brasileiras com a invasão de produtos importados no mercado, a entrada de lácteos forçou a modernização e profissionalização da atividade, porém não acompanhada por muitos produtores levando-os a encerrarem suas atividades.

A partir dos anos de 1990 surgiu uma nova dinâmica no setor leiteiro, que motivou vários estudos, ainda que haja registros oficiais desde a década de 1970. Estes apontam para o crescimento da oferta de leite, decorrente de expressivas taxas de crescimento na produção interna, por meio do crescimento do rebanho, substanciais importações e

pelo incremento da produtividade.

Em 1991 Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram um tratado, criando o Mercado Comum do Sul (Mercosul). A fase de transição se estendeu até o final de 1994, reconhecendo a personalidade jurídica de direito internacional do bloco e, em 1995, foi iniciada formalmente a configuração institucional da união aduaneira. Os conteúdos comerciais e os reclamos protecionistas decorrentes foram contornados por um programa de "relançamento" do Mercosul em 2000. Quando

começou a vigorar a União Alfandegária no âmbito do Mercosul, os principais itens tarifários de leite em pó e queijos foram colocados na lista de exceções à Tarifa Externa Comum (TEC), inicialmente em 35% e posteriormente em 28%, com o objetivo de defender a produção doméstica das importações carregadas de subsídios e/ou dumping. A partir daí o Bloco tem passado por momentos de altos e baixos. Impactos para o setor lácteo? Há divergências entre os especialistas. Alguns acham que o Bloco tem sido mais desfavorável do que útil ao setor pelas importações desreguladas. Outros o defendem em função do comércio em bloco com outros países, que seria estimulado.

O relato da história do leite no Brasil nas últimas cinco décadas, embora significativo, não revela um fato atual: o amadurecimento da cadeia produtiva, tendência que poderá trazer reflexos positivos no futuro. Nos últimos dez anos, o setor está mais organizado, os diversos agentes da cadeia estão discutindo conjuntamente os desafios e oportunidades, os produtores passaram a ter mais voz e participação nas decisões tomadas, seja através das câmaras setoriais de governo, seja pelas representações de classe. Ainda que haja um longo caminho a percorrer, o resultado é que estão começando a substituir a velha forma de focar

problemas no curto pelo longo prazo, pensando na cadeia produtiva de forma estruturante e formulando políticas com visão no futuro. ■



Duarte Vilela é pesquisador da Embrapa Gado de Leite, de Juiz de Fora-MG.

ENTREVISTA: AIRTON SPIES E OS AVANÇOS DO LEITE EM SC

BALDE BRANCO



A melhor revista do setor leiteiro

Ano 53 - número 640 - março/2018 - R\$ 11,00 - www.baldebranco.com.br

SILAGEM

Fechado o silo, os cuidados devem continuar para garantir alimento de qualidade no cocho

GESTÃO EFICIENTE

Evento do EsalqLab: importância dos números para gerenciar bem

QUALIDADE DO LEITE

Produtor fatura mais e ganha reconhecimento

MODERNA E TRADICIONAL

Fazenda colhe bons resultados com gestão inovadora